



VIOLÊNCIA

Operação em defesa do idoso prende 981 pessoas

Balanco de iniciativa do Ministério da Justiça mostra que mais de 21 mil vítimas de agressões tiveram atendimento, pouco mais de 19 mil boletins de ocorrência foram feitos e houve a instauração de quase 30 mil procedimentos policiais

» LETÍCIA CORREA*

Novecentos e oitenta e um suspeitos presos, 21.525 vítimas atendidas, 28.174 procedimentos policiais instaurados e 19.209 boletins de ocorrência registrados. É o saldo da Operação Virtude 2025, realizada no mês passado para combater a violência aos idosos. Os números são considerados preocupantes pelos especialistas em segurança e direitos da terceira idade. Dados colhidos nos primeiros três meses deste ano mostram que o Disque 100 recebeu cerca de 250 mil denúncias de violações contra a população idosa — média de quase 2,8 mil por dia. Tal número representa o aumento de 140% em comparação com o mesmo período de 2022, quando foram registradas pouco mais de 103 mil ocorrências. Em nota enviada ao **Correio**, o Ministério da Justiça e Segurança Pública salientou que “um dos fatores que contribuiu para o aumento das prisões em 2025, em comparação com o ano anterior, foi a interiorização das ações realizadas no âmbito da operação”. Segundo a pasta, “a cada ano, essas ações vêm se expandindo e potencializando seus resultados, incluindo maior divulgação dos canais de denúncia; encorajamento das vítimas a denunciarem os crimes; e aumento das prisões dos responsáveis pelas violências praticadas contra pessoas idosas”.

Ainda segundo o ministério, “essa abordagem mais ampla e descentralizada permitiu que a Operação Virtude 2025 alcançasse resultados significativos no combate à violência contra pessoas idosas”. Além das prisões e atividades punitivas, foram realizadas palestras de conscientização, que alcançaram cerca de 1,7 milhão de pessoas.

A operação, concluída em outubro, foi a terceira edição — a primeira foi em 2023 e a segunda, em 2024. A deste ano recebeu menos investimentos que as anteriores, só que obteve mais prisões se comparada às anteriores — 200, em 2023, e 480, no ano passado.



Os dados são preocupantes. O objetivo é assegurar que as pessoas idosas conheçam seus direitos e não sejam vítimas de violência. Elas merecem respeito, cuidado, valorização, acolhimento e proteção, jamais violência”

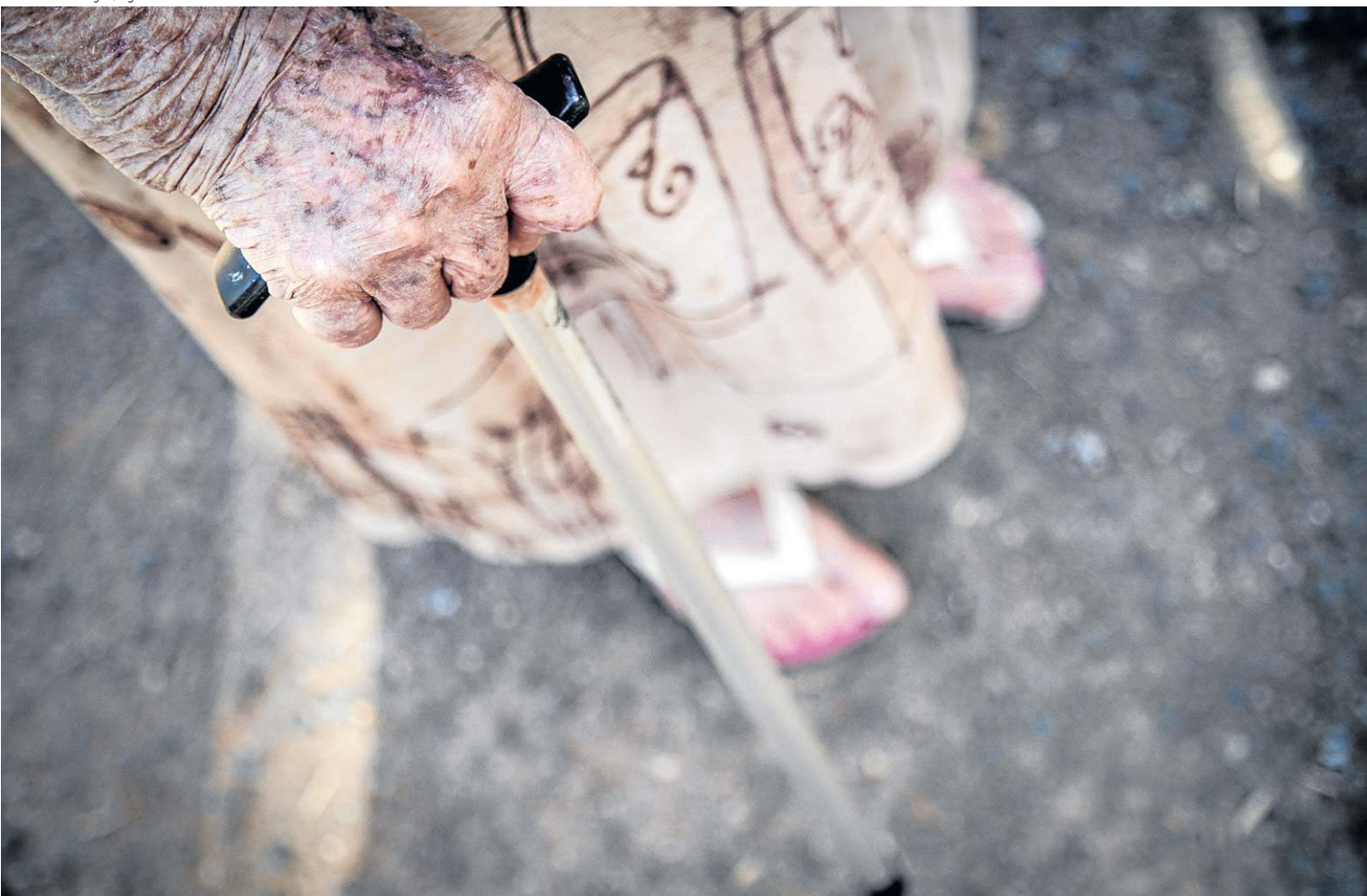
Mario Sarrubbo, secretário nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública

“Os dados são preocupantes. O objetivo é assegurar que as pessoas idosas conheçam seus direitos e não sejam vítimas de nenhum tipo de violência. Elas merecem respeito, cuidado, valorização, acolhimento e proteção, jamais violência. Com a idade, muitos idosos se tornam mais vulneráveis. Tornam-se reféns de abusos físicos, psicológicos, financeiros, além de serem negligenciados por parte da sociedade”, adverte Mario Sarrubbo, secretário nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.

Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos mostram que o número de denúncias de agressão contra idosos cresceu 38% nos primeiros meses de 2025 — foram mais de 65 mil registros. O Disque Direitos Humanos recebe denúncias gratuitas pelo Disque 100; por Whatsapp, (61) 99611-0100; pelo Telegram, no canal “direitoshumanosbrasil”; e pela página da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, no Ministério dos Direitos Humanos.

* **Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi**

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Nos três primeiros meses de 2025, o Disque 100 recebeu cerca de 250 mil denúncias de violência contra idosos, média de quase 2,8 mil por dia

Principais tipos de vilipêndio

Físico

Ocorre muitas vezes dentro da própria casa da pessoa idosa, perpetrada por pessoas próximas, como filhos, cônjuge, netos, cuidadores, entre outros. Manifesta-se via agressões, tapas, pontapés, beliscões, empurrões etc.

Psicológico

Perpetrado na forma de agressões verbais, tratamento desdenhoso, desprezo ou qualquer ação que cause sofrimento emocional, como humilhação, afastamento do convívio familiar ou restrição à

liberdade de expressão.

Institucional

Ocorre dentro do ambiente institucional (público ou privado) e pode ser perpetrada por funcionários via ações desatenciosas ou omissivas.

Patrimonial

Envolve práticas ilícitas que comprometem o patrimônio da pessoa idosa, como forçá-la a assinar documentos sem explicação, alterações em testamentos, procurações, antecipação de herança ou venda de bens sem consentimento,

falsificação de assinaturas etc.

Sexual

Refere-se ao ato sexual utilizando pessoas idosas para obter excitação, relação sexual ou práticas eróticas, via coação com violência física ou ameaças.

Negligência

Refere-se à recusa ou omissão de cuidados. É muito comum tanto no seio familiar quanto em instituições que prestam serviços de cuidado e acolhimento a pessoas idosas.

Abuso financeiro

Caracteriza-se pela exploração ilegal ou uso não consentido

dos recursos financeiros da pessoa idosa. Normalmente, o violador apropria-se indevidamente do dinheiro, cartões bancários e utiliza os valores para fins alheios à promoção do cuidado.

Discriminação

Envolve comportamentos ofensivos e desrespeitosos em relação à condição física da pessoa idosa, desvalorizando-a e inferiorizando-a por sua idade.

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública

Facções se interiorizam e cidades menores ficam mais mortais

» DANANDRA ROCHA

O novo *Atlas da Violência 2025* mostra que o Brasil vive uma transformação na dinâmica da criminalidade. A violência letal, antes concentrada nas grandes metrópoles, tem se espalhado para cidades médias e pequenas, acompanhando a expansão territorial das facções criminosas. Segundo o estudo, essa “interiorização do crime” tem levado a uma expressiva redução, na última década, dos homicídios nas capitais mais violentas. Mas, em contrapartida, intensificou as disputas entre grupos criminosos em regiões como Norte e Nordeste.

Entre 2013 e 2023, cidades como Fortaleza, São Luís, Goiânia, Cuiabá e o Distrito Federal registraram quedas superiores a 60% nas taxas de homicídios. A melhora, no entanto, contrasta com a escalada da violência em municípios de porte médio, que passaram a presenciar disputas antes restritas às periferias das capitais. Mesmo com essa redistribuição, o *Atlas* aponta continuidade na tendência nacional de queda nos homicídios, observada desde 2018. Em estados como São Paulo, o processo é ainda mais antigo: as mortes violentas vêm diminuindo de forma

consistente há mais de 20 anos.

O levantamento — elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) — mostra que todas as unidades da Federação abrigam facções criminosas, embora com intensidades distintas. Nos estados onde há várias organizações, as disputas são mais letais. É o caso da Bahia, onde Comando Vermelho (CV) e Primeiro Comando da Capital (PCC) disputam espaço com grupos locais, como o Bonde do Maluco e o Comando da Paz.

Para a ex-presidente da Comissão de Segurança Pública da OAB-DF, Ana Izabel Alencar, a interiorização da violência está diretamente ligada à forma como as facções se estruturam e se expandem. “As facções, que são efetivamente quem compõem o crime organizado, são constituídas por pessoas de todos os estados. Muitas delas vêm do interior para as grandes capitais em busca de melhores condições de vida e, sem sucesso, acabam se rendendo ao crime organizado”, adverte.

Ana Izabel destaca, ainda, que esses grupos são “muito organizados e comandados por pessoas extremamente inteligentes, que aproveitam o conhecimento dos

Divulgação/Polícia Civil do Amazonas



membros sobre suas cidades e se infiltram nos lugares menos prováveis, os interiores do Brasil, onde as polícias são menos preparadas e a população, mais vulnerável.”

A professora Jacqueline Muniz, da Universidade Federal Fluminense (UFF), destaca que o avanço das facções para cidades médias e pequenas não é resultado de um vácuo de poder, mas de uma reconfiguração política e territorial da economia

criminoso. “Essa expansão segue a trilha histórica do jogo do bicho, estruturando alianças entre contravenção, elites locais e o Estado”, lembra.

Para Jacqueline, os interiores oferecem vantagens logísticas e políticas, como mercados ideais para lavagem de dinheiro e controle eleitoral de baixo custo. “O que ocorre não é uma interiorização do crime, mas da governança criminosa — um arranjo que combina economia ilegal, capital

político e regulação armada em novas escalas territoriais”, resume.

Em Pernambuco, pelo menos 12 facções atuam em conflito aberto, impulsionando os índices de homicídio. Já Amazonas e Amapá registram confrontos entre CV, PCC e organizações regionais — como a Família Terror do Amapá e o Cartel do Norte —, que se expandem por cidades portuárias em áreas estratégicas.

Em contrapartida, há regiões em

Nascido no Rio, CV hoje está em várias cidades do Amazonas e da Região Norte

que prevalece uma relativa estabilidade. Em São Paulo, por exemplo, vigora o que os pesquisadores chamam de “pax monopolista”, uma espécie de paz imposta pelo domínio de uma única facção sobre o mercado ilegal. Situações semelhantes ocorrem em Minas Gerais, onde há fragmentação, mas menos conflitos abertos; e em Santa Catarina, onde o Primeiro Grupo Catarinense (PGC) atua de forma pontual.

O relatório também alerta para uma nova dimensão do crime organizado: a infiltração em atividades econômicas legais e na gestão pública. Segundo o *Atlas*, as facções vêm ampliando influência em setores produtivos e até em contratos administrativos, o que representa um risco direto ao Estado Democrático de Direito.

Apesar disso, o estudo identifica avanços em políticas públicas de segurança. Desde a década de 2010, mais estados e municípios têm investido em ações preventivas, qualificação policial e uso de inteligência integrada, o que ajuda a explicar a queda da letalidade.